

TJ-RN

Cargo -

OFICIAL DE JUSTIÇA – ÁREA: JUDICIÁRIA –
ESPECIALIDADE: DIREITO



Editais verticalizados

Tribunal de Justiça do Rio
Grande do Norte

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e Compreensão de texto.

Organização estrutural dos textos.

Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade.

Tipos textuais: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada tipo.

Gêneros textuais e domínios discursivos: textos informativos, publicitários, propagandísticos, normativos, didáticos e divinatórios; características específicas de cada gênero.

Textos literários e não literários.

Tipologia da frase portuguesa.

Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção.

Problemas estruturais das frases. Norma culta.

Pontuação e sinais gráficos.

Organização sintática das frases: termos e orações.

Ordem direta e inversa.

Tipos de discurso. Registros de linguagem.

Funções da linguagem.

Elementos dos atos de comunicação.

Estrutura e formação de palavras. Formas de abreviação.

Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições; os modalizadores.

Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos.

Polissemia e ambiguidade.

Os dicionários: tipos; a organização de verbetes.

Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos; latinismos.

Ortografia e acentuação gráfica.

A crase.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Constituição do Estado do Rio Grande Do Norte (Texto promulgado em 3 de outubro de 1989 e atualizado até a Emenda Constitucional nº 22, de 11 de maio de 2022).

Lei Complementar nº 715, de 21 de junho de 2022 (Compilada a partir da edição dos seguintes Atos Normativos: Resolução nº 43, de 27 de julho de 2022, Resolução nº 51, de 10 de agosto de 2022, Resolução nº 64, de 22 de setembro de 2022, Resolução nº 69, de 3 de novembro de 2022, Resolução nº 79, de 14 de dezembro de 2022 e atualizada pela Lei Complementar nº 727, de 14 de dezembro de 2022).

Lei Complementar nº 643, de 21 de dezembro de 2018 (Compilada a partir da edição dos seguintes Atos Normativos: Lei Complementar Estadual nº 680, de 7 de junho de 2021; Resolução nº 03, de 25 de fevereiro de 2021, do TJRN; Resolução nº 8, de 24 de março de 2021, do TJRN; Resolução nº 15, de 19 de maio de 2021, do TJRN; Resolução nº 33, de 25 de agosto de 2021, do TJRN; Resolução nº 39, de 20 de outubro de 2021, do TJRN; Resolução nº 47, de 1º de dezembro de 2021, do TJRN; Resolução nº 5, de 1º de fevereiro de 2022; Resolução nº 9, de 9 de março de 2022, do TJRN; Lei Complementar Estadual nº 709, de 27 de maio de 2022; Lei Complementar Estadual nº 715, de 21 de junho de 2022; Resolução nº 42, de 27 de julho de 2022, do TJRN; Resolução nº 52, de 10 de agosto de 2022, do TJRN; Resolução nº 62, de 22 de setembro de 2022, do TJRN; e Resolução nº 69, de 3 de novembro de 2022, do TJRN).

Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (Atualizado até a Emenda Regimental nº 35, de 14 de novembro de 2022).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

Constituição. Conceito, objeto, elementos e classificações.

Supremacia da Constituição.

Aplicabilidade das normas constitucionais.

Interpretação das normas constitucionais. Métodos, princípios e limites.

Poder Constituinte. Características. Poder constituinte originário. Poder constituinte derivado.

Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. Direitos sociais. Nacionalidade. Direitos políticos. Partidos políticos.

Organização do Estado. Organização político-administrativa. Estado federal brasileiro. A União. Estados federados. Municípios. O Distrito Federal. Territórios.

Intervenção federal. Intervenção dos Estados nos Municípios.

Administração Pública. Disposições gerais.

Servidores públicos. Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Organização dos poderes no Estado.

Mecanismos de freios e contrapesos.

Poder Legislativo. Estrutura, funcionamento e atribuições. Comissões parlamentares de inquérito.

Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

Tribunal de Contas da União (TCU).

Processo legislativo. Prerrogativas parlamentares.

Poder Executivo. Presidente da República. Atribuições, prerrogativas e responsabilidades.

Ministros de Estado. Conselho da República e de Defesa Nacional.

Poder Judiciário. Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário. Organização e competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Funções essenciais à Justiça. Ministério Público.

Princípios, garantias, vedações, organização e competências.

Advocacia Pública. Advocacia e Defensoria Pública.

Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: Estado de Defesa, Estado de Sítio;

Forças Armadas: Segurança Pública.

Controle da constitucionalidade. Sistemas gerais e sistema brasileiro. Controle incidental ou concreto. Controle abstrato de constitucionalidade. Exame in abstractu da constitucionalidade de proposições legislativas. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva. Controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito distrital.

Defesa do Estado e das instituições democráticas.
Ordem social.

Direito Administrativo

Estado, governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios.

Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios.

Administração direta e indireta.

Órgãos públicos. Entidades do Terceiro Setor.

Agentes públicos.

Servidores públicos civis.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Rio Grande do Norte (Lei complementar estadual nº 122/1994).

Processo Administrativo (Lei Federal nº 9.784/1999 e Lei complementar estadual nº 303/2005). Poderes administrativos.

Ato administrativo. Segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do Direito Público (Lei nº 13.655/2018).

Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Serviços públicos.

Bens Públicos.

Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; controle pelos Tribunais de Contas.

Improbidade Administrativa.

Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

Responsabilidade civil do Estado.

Intervenção do Estado na Propriedade.

Licitação e Contratos. Lei nº 14.133/2021. Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e interpretação. Formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão.

PPP – Parceria Público-Privada (Lei Federal nº 11.079/2004).

Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Direito Civil

Lei de introdução às normas do direito brasileiro.

Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis.

Conflito das leis no tempo. Eficácia da lei no espaço.

Pessoas naturais. Existência. Personalidade. Capacidade. Nome. Estado.

Domicílio.

Direitos da personalidade. Ausência. Pessoas jurídicas. Constituição. Extinção.

Domicílio.

Sociedades de fato, grupos despersonalizados, associações.

Sociedades, fundações.

Desconsideração da personalidade jurídica. Responsabilidade.

Bens.

Diferentes classes.

Ato jurídico. Fato e ato jurídico.

Negócio jurídico. Disposições gerais. Classificação, interpretação. Elementos.

Representação, condição. Termo. Encargo.

Defeitos do negócio jurídico.

Validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico. Simulação.

Atos jurídicos. Lícitos e ilícitos.

Abuso do direito.

Prescrição e decadência.

Prova.

Obrigações. Características. Obrigações de dar. Obrigações de fazer e de não fazer.

Obrigações alternativas. Obrigações divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias.

Obrigações civis e naturais, obrigações de meio, de resultado e de garantia. Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada. Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais. Obrigações líquidas e ilíquidas. Obrigações principais e acessórias.

Transmissão das obrigações.

Adimplemento e extinção das obrigações.

Inadimplemento das obrigações.

Contratos. Contratos em geral. Disposições gerais. Extinção. Espécies de contratos regulados no Código Civil.

Atos unilaterais.

Títulos de crédito. Disposições gerais. Títulos ao portador, à ordem e nominativos.

Responsabilidade civil. Preferências e privilégios creditórios.

Empresário. Direito de empresa. Estabelecimento.

Posse. Direitos reais. Propriedade.

Superfície. Servidões.

Usufruto. Uso. Habitação. Direito do promitente comprador.

Direito de laje.

Direitos reais de garantia.

Direito de família.

Casamento. Relações de parentesco. Regime de bens entre os cônjuges.

Usufruto e administração dos bens de filhos menores. Alimentos.

Bem de família.

União estável. Concubinato. Tutela. Curatela.

Tomada de decisão apoiada. Direito das sucessões.

Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária.

Inventário e partilha.

Lei nº 8.078/1990 e alterações (Direito das relações de consumo).

Consumidor. Fornecedor, produto e serviço. Direitos básicos do consumidor. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos. Práticas comerciais. Proteção contratual, prevenção e tratamento do superendividamento.

Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, direito à convivência familiar e comunitária: procedimentos, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, guarda, tutela, adoção, colocação em família substituta, autorização para viagem.

Inquilinato (Lei nº 8.245/1991).

Locação: disposições gerais e especiais. Procedimentos: disposições gerais e ação de despejo.

“Lei da Usura” (Decreto nº 22.626/1933).

Direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Alienação fiduciária de bens móveis (Decreto-Lei nº 911/1969).

Alienação fiduciária de bens imóveis (Lei nº 9.514/1997).
 Patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário (Lei nº 10.931/2004).
 Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973).
 Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).
 Lei de transplantes (Lei nº 9.434/1997).
 Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).
 Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979).
 “Lei do distrato” (Lei nº 13.786/2018).
 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).
 Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019).
 Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (Lei nº 14.010/2020).
 Provimentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 16/2012; 63/2017; 73/2018; 83/2019.
 Entendimentos sumulados pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

Direito Processual Civil

Lei nº 13.105 de 2015 (Novo Código de Processo Civil).
 Jurisdição e ação. Conceito, natureza e características. Condições da ação.
 Partes e procuradores. Capacidade processual e postulatória.
 Deveres e substituição das partes e procuradores.
 Sucessão processual.
 Litisconsórcio e assistência.
 Intervenção de terceiros.
 Denúnciação da lide, chamamento ao processo, incidente de descon sideração da personalidade jurídica e amicus curiae.
 Ministério Público. Competência. Em razão do valor e da matéria. Competência funcional e territorial.
 Modificações de competência e declaração de incompetência.
 O Juiz.
 Atos processuais. Forma dos atos. Prazos. Comunicação dos atos.

Nulidades.

Formação, suspensão e extinção do processo.

Processo e procedimento.

Procedimento comum. Petição inicial. Requisitos, pedido e indeferimento.

Audiência de conciliação e mediação. Resposta do réu. Contestação, exceções e reconvenção. Revelia.

Julgamento conforme o estado do processo. Saneamento e organização do processo.

Provas. Ônus da prova. Depoimento pessoal. Confissão. Provas documental e testemunhal. Audiência.

Conciliação, instrução e julgamento. Sentença e coisa julgada. Liquidação e cumprimento da sentença.

Recursos. Disposições gerais.

Processo de execução. Execução em geral. Diversas espécies de execução. Execução para entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer e de não fazer. Execução de ações coletivas.

Processo cautelar e medidas cautelares. Disposições gerais.

Exibição e produção antecipada de provas. Procedimentos especiais.

Mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, ação de improbidade administrativa.

Reclamação. Jurisprudência dos tribunais superiores.

Lei nº 9.099/1995 e alterações.

Lei nº 8.245/1991 (Lei de Locação de Imóveis Urbanos).

Direito Penal

Fontes do direito penal. Princípios aplicáveis ao direito penal.

Aplicação da lei penal.

Princípios da legalidade e da anterioridade.

A lei penal no tempo e no espaço.

Tempo e lugar do crime.

Lei penal excepcional, especial e temporária.

Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.

Pena cumprida no estrangeiro.

Eficácia da sentença estrangeira.
Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena.
Interpretação da lei penal. Analogia.
Irretroatividade da lei penal.
Conflito aparente de normas penais.
Crime. Classificação dos crimes. Teorias do crime. O fato típico e seus elementos. Relação de causalidade.
Superveniência de causa independente. Relevância da omissão.
Crime consumado e tentado.
Pena da tentativa.
Desistência voluntária e arrependimento eficaz.
Arrependimento posterior.
Crime impossível.
Crime doloso, culposo e preterdoloso.
Agravação pelo resultado.
Concurso de crimes.
Erro sobre elementos do tipo. Discriminantes putativas. Erro determinado por terceiro.
Erro sobre a pessoa. Erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição).
Coação irresistível e obediência hierárquica.
Illicitude e causas de exclusão.
Excesso punível.
Culpabilidade.
Teorias, elementos e causas de exclusão.
Crimes contra a pessoa.
Crimes contra o patrimônio.
Crimes contra a propriedade imaterial.
Crimes contra a organização do trabalho.
Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.
Crimes contra a dignidade sexual.
Crimes contra a família.
Crimes contra a incolumidade pública.
Crimes contra a paz pública.
Crimes contra a fé pública.

Crimes contra a Administração Pública.

Lei nº 8.072/1990 e alterações (delitos hediondos).

Lei nº 7.716/1989 e alterações (crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor).

Lei nº 9.455/1997 (crimes de tortura).

Lei nº 12.850/2013 e alterações (organizações criminosas).

Lei nº 9.605/1998 e alterações (crimes contra o meio ambiente).

Lei nº 9.503/1997 e alterações (crimes de trânsito).

Imputabilidade penal.

Concurso de pessoas.

Ação penal.

Punibilidade e causas de extinção.

Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas).

Lei nº 13.869/2019 (abuso de autoridade).

Lei nº 10.826/2003 e alterações (Estatuto do Desarmamento).

Lei nº 8.078/1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).

Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de dinheiro).

Convenção americana sobre direitos humanos (Pacto de São José e Decreto nº 678/1992).

Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.

Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal).

Crimes em Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).

Direito Processual Penal

Fontes do direito processual penal.

Princípios aplicáveis ao direito processual penal.

Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.

Disposições preliminares do Código de Processo Penal.

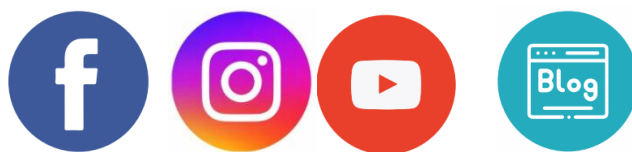
Inquérito policial.

Processo, procedimento e relação jurídica processual.

Elementos identificadores da relação processual.
Formas do procedimento.
Princípios gerais e informadores do processo.
Pretensão punitiva. Tipos de processo penal. Jurisdição.
Ação penal.
Ação civil.
Competência.
Questões e processos incidentes.
Prova.
Lei nº 9.296/1996 (Interceptação telefônica).
Juiz, Ministério Público, acusado e defensor.
Assistentes e auxiliares da justiça.
Atos de terceiros.
Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória.
Lei nº 7.960/1989 (Prisão temporária).
Citações e intimações.
Sentença e coisa julgada.
Processos em espécie.
Processo comum.
Processos especiais.
Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 10.259/2001 e alterações (Juizados Especiais Criminais).
Prazos.
Características, princípios e contagem.
Nulidades.
Recursos em geral.
Habeas corpus e seu processo.
Lei nº 7.210/1984 e alterações (Execução penal).
Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.
Disposições gerais do Código de Processo Penal.
Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal.
Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime).
Lei Anticrime (Lei nº 13.964/2019).

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!